

# Informativa Educativa

Revista ANEC

MARÇO DE 2010 :: ANO III :: Nº 8

## Zilda Arns

História de dedicação ao próximo torna-se exemplo de solidariedade

Mudanças nas regras do FIES ampliam financiamento

Novas tecnologias podem ser usadas para inovar métodos de ensino

Entrevista com Wilson Guimarães, deputado que atua pela educação

# Novas regras do FIES ampliam acesso ao financiamento

Desde sua criação, há mais de uma década, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) é, hoje, a maior aposta do Governo Federal na expansão do acesso ao ensino superior. Considerado como uma ferramenta eficaz no ingresso universal e com equidade dos alunos nas instituições de ensino, o programa já beneficiou mais de 500 mil estudantes desde 1999 – quando substituiu o antigo Programa de Crédito Educativo.

Segundo as regras do Fies, as instituições de ensino aptas a participarem do financiamento recebem o valor da prestação sob a forma de certificados do Tesouro Nacional, os quais devem ser usados para pagar dívidas com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Em 2005, o Fies sofreu significativas alterações pelo Ministério da Educação. Entre as modificações, a principal delas foi à concessão de financiamento também aos bolsistas parciais, beneficiados com bolsa de 50%, do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Com um rol cada vez mais amplo de instituições de ensino participantes, o programa tem financiado o estudo de centenas de estudantes em todo o país – nas mais diversas áreas de graduação. Somente em 2007 foram mais de mil mantenedoras registradas, cerca de 1,5 mil instituições de ensino superior e dois mil campi.

Atualmente, o Fies é responsável pela soma de recursos que já ultrapassam R\$ 4,5 bilhões entre contratações e renovações semestrais dos financiamentos. Para desonerar os alunos que se tornam credores do programa, o Governo Federal encaminhou projeto de lei ao Congresso Nacional de modo a estabelecer novas regras para o Fies. No dia 14 de janeiro de 2010, a mudança foi sancionada pelo presidente, e a lei nº 12.202/10 passou a vigorar.

Tema de intenso debate no Poder Legislativo durante o ano de 2009, as novas regras apontam medidas historicamente reivindicadas pelos estudantes, como a redução da taxa de juros anual.

## Alterações

A Lei do Fies de 2001 (10.260) estabelecia, entre outras regras, que a amortização do financiamento começaria sete meses após a conclusão do curso ou antecipadamente, por escolha do estudante. Pelas regras de 2001, as prestações eram calculadas no primeiro ano de amortização, e o saldo devedor restante podia ser parcelado em um prazo duas vezes maior que a permanência do estudante como financiado.

Já a nova lei apresenta medidas como o aumento do parcelamento de duas para três vezes o tempo do curso; abatimento de 1% da dívida para professores e médicos que atuarem, respectivamente, na rede pública de ensino e nos programas de saúde da fa-

mília para cada mês de trabalho, e a quitação do saldo devedor em casos de falecimento ou invalidez permanente do estudante.

A nova lei também garante a redução de juros, estipulada pelo Conselho Monetário Nacional, para contratos já formalizados. Na lei de 2001, essa redução beneficiava apenas contratos futuros. Em agosto de 2009, o Conselho estipulou a redução de juros do Fies de 6,5 para 3,5%. Outra medida é a adoção dos financiamentos que serão concedidos pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil e, em 2011, serão abertos a outras instituições financeiras.

A responsabilidade pelo gerenciamento do Fies também sofreu alterações. Até 2009, o programa era gerenciado pela Caixa Econômica Federal que entrega a pasta ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – considerado autarquia do Ministério da Educação (MEC).

## Oferta

No primeiro semestre de 2009, segundo dados da Secretaria de Educação Superior (Sesu), 35 mil pessoas tiveram acesso ao empréstimo de recursos do Fies.

Com o fim do processo seletivo para obter financiamento, já previsto nas novas regras, o número de alunos poderá ser ainda maior em 2010. É o que prevê o MEC que disponibilizou para este ano 200 mil contratos do programa. ✕